

Próxima negociação pode incluir a capitalização dos juros devidos

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O governo brasileiro considera provável a aceitação de uma fórmula de capitalização — total ou parcial — dos juros incidentes sobre sua dívida externa na próxima fase de negociações com os credores internacionais, a ser iniciada em agosto. Qualquer alternativa acertada com os bancos privados e entidades multilaterais nesse sentido permitiria um desafogo a curto prazo nas contas externas do País, embora não resolva o ponto central e nevralgico do balanço de pagamentos — a instabilidade das taxas de juros no exterior.

Essas informações foram prestadas ontem pelo diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, que foi bastante duro em suas críticas à política monetária seguida pelo governo norte-americano, provocando elevação da "prime rate" e, conseqüentemente, das principais taxas internacionais. Classificou, por exemplo, de "absurda" a posição de Washington de que não existiria uma relação de causa e efeito entre o déficit público de US\$ 200 bilhões dos EUA e o nível das taxas no mercado financeiro norte-americano.

Serrano calculou em US\$ 1 bilhão o dispêndio adicional na conta de juros para o Brasil se as taxas interna-

cionais se mantiverem no atual patamar por mais um ano. Esse drástico aumento não implicou, até agora, a revisão das previsões do balanço de pagamentos porque, explicou, o País está trabalhando com certa folga proporcionada pelo ótimo resultado da balança comercial. Mas seria inevitável uma reprojeção se as altas dos juros continuarem, hipótese considerada mais provável pelo diretor do BC.

PERDAS

E é esse o ponto que maior preocupação causa às autoridades brasileiras: seria preciso conscientizar o governo norte-americano e os dirigentes de bancos e organismos multilaterais que "as taxas não podem continuar elevando-se". Em sua opinião, os governos dos países industrializados já têm demonstrado seu descontentamento, na medida em que sofrem com a descapitalização provocada pela alta dos juros norte-americanos.

Nesse contexto, seria muito importante a mobilização interna e externa que se verifica atualmente, com a realização de reuniões — inéditas — de credores, a ida de parlamentares latino-americanos para debater com os congressistas norte-americanos, a manifestação de quarta-feira do Itamaraty contra a alta da "prime", a viagem do ministro Ernane Gal-



Madeira Serrano

dívidas foram "operações para ganhar tempo", inadequadas às reais condições dos devedores, também no caso brasileiro. A urgência em resolver a falta de liquidez impediu que se procurasse soluções mais amplas. Foi rejeitada inclusive uma proposta brasileira de capitalização dos juros na fase 2. Agora, porém, haveria espaço para se procurar essas alternativas de mais longo prazo, incluindo a perspectivas de crescimento econômico e margem para certo nível de importações dos devedores.

CONSENSO

O que não há ainda, disse Serrano, é um consenso quanto às condições a que se realmente poderá chegar nessa próxima fase de negociações. Nem mesmo quanto à fórmula de capitalização dos juros. Ele mesmo citou pelo menos três alternativas: capitalização integral dos juros; limite de pagamento dos juros calculado com base nas exportações ou no produto do país, sendo o restante capitalizado, pagamento dos juros até um certo teto, sendo a diferença em relação às taxas de mercado capitalizada. O Brasil, explicou, ainda está na "fase exploratória", ouvindo as outras partes envolvidas na negociação, que só deve ser desencadeada de fato a partir do final de julho ou início de agosto.

vêas, da Fazenda, a Washington para discutir com representantes de países desenvolvidos e pobres a questão do protecionismo.

Todas essas iniciativas demonstraram que cresce a tendência de se aceitar que é preciso uma negociação das dívidas das nações em desenvolvimento em bases mais profundas, com prazos mais longos e juros mais baixos. O próximo foro para essa discussão será a Assembléia Anual do Banco para Compensações Internacionais (BIS, banco central dos bancos centrais de todo o mundo), em junho, para a qual o governo brasileiro certamente mandará representantes.

Também já existiria o consenso, de acordo com Serrano, de que as fases 1 e 2 das renegociações de